Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 1. Contexto operacional

A Três Tentos Agroindustrial S.A. ("Companhia"), CNPJ 94.813.102/0001-70, com sede na Av. Principal nº 187, Distrito Industrial em Santa Bárbara do Sul/RS, foi constituída em 12/08/1992, teve seu contrato social registrado na JUCERGS em 14/10/1992 sob nº 43.202.481.056.

A Companhia se tornou uma sociedade anônima de capital fechado em 2 de agosto de 2011, através de alteração contratual com modificação de tipo jurídico de limitada para sociedade anônima, registrada na JUCERGS sob novo nº NIRE 43.300.053.504.

Tem como atividade principal a comercialização e exportação de grãos, a comercialização de insumos e o beneficiamento e comercialização de sementes de cereais, oleaginosas e fabricação de farelo, óleo e biodiesel.

### a) Aumento de capital e reorganização societária

Reorganização societária – Incorporação da Tentos do Sul Comercial Agrícola Ltda.

Em 30 de novembro de 2020 foi realizada a incorporação da empresa Tentos do Sul Comercial Agrícola Ltda. ("Tentos do Sul"), pessoa jurídica, estabelecida na Estrada Municipal Cascata, n° 935, Distrito Industrial I, CEP: 96050-500, em Pelotas/RS, inscrita no CNPJ sob o n° 22.654.772/0001-80, pela Companhia, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária em 30/11/2020. A Tentos do Sul pertencia ao mesmo grupo econômico da Companhia, estando as empresas, portanto, sob controle comum.

O valor do patrimônio líquido foi avaliado em 31 de outubro de 2020, conforme Laudo de Avaliação Contábil para Fins de Incorporação, emitido por empresa independente especializada. O valor incorporado não difere dos valores constantes nos livros contábeis e as variações patrimoniais ocorridas entre a data do laudo de avaliação e a data da efetiva incorporação em 30 de novembro de 2020 foram absorvidas pela Companhia. Desta forma, o acervo líquido contábil incorporado em 30 de novembro de 2020 está apresentado como segue:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 1. Contexto operacional -- Continuação

### a) Aumento de capital e reorganização societária--Continuação

	30/11/2020
Caixa e equivalentes de caixa	3.591
Contas a receber de clientes	132.556
Impostos a recuperar	19.418
Adiantamentos	279
Estoques	83.704
Imobilizado	92.820
Intangível	39
Fornecedores	(155.682)
Empréstimos e financiamentos	(56.009)
Adiantamentos	(1.560)
Obrigações trabalhistas	(2.973)
Obrigações tributárias	(192)
Dividendos	(20.000)
Outras contas a pagar	(392)
Impostos diferidos	(21.301)
Acervo líquido incorporado	74.298

Do total do acervo líquido incorporado pela Companhia, R\$1.000 foram destinados ao aumento de capital e R\$73.298 foram incorporados à reserva de subvenção para investimentos (transação nãocaixa).

A operação foi efetuada para atender aos interesses dos sócios e acionistas, pretendendo-se, com o exercício de suas atividades numa só empresa, alcançar um melhor desempenho de seus recursos, racionalizando-se custos operacionais e administrativos, mediante unificação de atividades.

### Aumento do capital social

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2020, foi aprovado também o aumento de capital social da Companhia em R\$ 9.000, mediante a emissão de 9.000.000 (nove milhões) de ações ordinárias nominativas, capitalizadas pelos novos acionistas Sixth Participações Ltda. e Eduardo Augusto Pereira de Menezes Filho, mediante a capitalização de créditos que estes mantinham junto à Companhia (transação não-caixa).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Contexto operacional--Continuação

### a) Aumento de capital e reorganização societária--Continuação

Reorganização societária – Incorporação do acervo cindido da Sinuelo Participações Ltda.

Em 1º. de dezembro de 2020, a Companhia em Assembleia Geral Extraordinária incorporou parte do acervo cindido da empresa Sinuelo Participações Ltda. ("Sinuelo"), sociedade empresarial limitada, com sede no município de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Principal, n° 187, Sala 03, Distrito Industrial, CEP: 98.240-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 14.795.252/0001-69, até então controladora da Companhia. O valor incorporado conforme Laudo de Avaliação Contábil para Fins de Incorporação, emitido por empresa independente especializada, não difere dos valores constantes nos livros contábeis, e era composto pelas próprias ações da Companhia.

A incorporação do acervo cindido atende aos interesses da Companhia e dos acionistas, e teve como objetivo o ingresso no quadro acionário da Companhia dos sócios da Sinuelo, que passaram a deter sua participação de forma direta, e não resultou em qualquer alteração no valor do capital social, nem na quantidade de ações de emissão da Companhia.

#### b) Impactos do Covid-19

Em razão da pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), relacionada ao novo Coronavírus (Covid-19) que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a Companhia informa que vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das operações e dos negócios.

Destacamos as principais análises e ações da Companhia sobre o impacto do Covid-19: Foi instaurado um Comitê Estratégico para definição de ações; Criado um Protocolo e Plano de Contingência com atualização diária através de Boletim Informativo; Os colaboradores acima dos 60 anos ou de risco foram afastados e/ou estão trabalhando em Home Office; Ações de Comunicação e reforço nas medidas de prevenção; Apoio e patrocínio da Unidade de Tratamento Semi Intensivo a pacientes do Covid-19 no Hospital Santa Bárbara Beneficente em Santa Bárbara do Sul/RS; Doação de alimentos não perecíveis e ares-condicionados para o Unidade de tratamento a pacientes do Covid-19 no Hospital São Vicente de Paulo em Cruz Alta/RS; Atendimento Psicossocial e acompanhamento Psicológico dos casos suspeitos a nossos colaboradores e seus familiares; Ações internas com treinamentos para auxílio dos Consultores a continuar os atendimentos a distância.

Por estar classificada como essencial, as atividades da Companhia não sofreram impactos quanto a interrupções na produção ou fechamentos de lojas e escritórios. Não foram registrados surtos ou quaisquer outras situações que levassem a paralização significativas de nossas atividades.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis

#### 2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("Internacional Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "Internacional Accounting Standards Board - IASB".

Adicionalmente, as demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conexão com o processo de registro de companhia aberta na CVM e com a abertura de capital da Companhia.

A Companhia está apresentando neste conjunto de demonstrações financeiras, os dois últimos exercícios comparativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, para permitir ampla comparabilidade de suas informações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS").

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

A Administração da Companhia afirma que aplicou a orientação técnica OCPC 7, aprovada pela Deliberação CVM nº 727/14, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões. Portanto, todas as informações relevantes usadas na gestão do negócio estão evidenciadas neste documento.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Em 18 de fevereiro de 2021, a Administração concedeu a autorização para a conclusão das demonstrações financeiras.

### 2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações, são reconhecidos na demonstração do resultado.

#### 2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até três meses das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "impairment"). As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) foi estimada com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas esperadas na realização dos créditos. Para os demais títulos vencidos e a vencer relacionados a clientes com risco verificado, é efetuada uma análise individualmente e a administração mantém os procedimentos de cobrança e provisão quando pertinentes.

As contas a receber também incluem os recebíveis originados nas operações de Cédulas de Produtor Rural (CPR), em que a Companhia comercializa defensivos em troca de commodities agrícolas. O reconhecimento dessa operação ocorre pelo valor justo na data da transação e, posteriormente, o valor justo das contas a receber atrelado à variação do preço de commodity (soja, milho e trigo) é ajustado pela cotação da *commodity* no mercado físico, em contrapartida do custo das mercadorias e produtos vendidos, conforme política contábil adotada pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.5. Estoques

As *commodities* agrícolas, soja, milho, trigo, farelo e óleo, são mensuradas a valor justo, deduzido dos custos de venda, e as variações no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrer a variação. Tal classificação justifica-se pelo fato dessas *commodities* se destinarem substancialmente a operações de "*trading*".

Os itens derivados do processo produtivo como óleo vegetal, farelo e casca de soja também são considerados *commodities*. Esses itens são valorizados com base nas ordens de produção, que consideram o custo da matéria-prima (grãos) consumida, cujo custo é dado pelo preço de mercado e pelos gastos com mão de obra, outros custos diretos e depreciação. Subsequentemente, a Companhia efetua o confronto do custo de produção com o preço de mercado do produto acabado e registra a diferença nas contas de ajustes de estoque a valor justo deduzidos dos custos de venda.

As demais mercadorias de estoques são apresentadas ao menor valor entre custo de aquisição e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados com base no método de custo médio. O valor líquido realizável representa o preço de venda menos todos os custos necessários para realizar a venda.

### 2.6. Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado estão escriturados pelo custo de aquisição e/ou construção e deduzidos da depreciação acumulada e foram ajustados pela revisão do custo atribuído, de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 10 (IFRS 1). As contrapartidas desses ajustes estão devidamente escrituradas na conta de "ajuste de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido, com os impostos diferidos reconhecidos no passivo não circulante.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e imobilizado em andamento). Os terrenos não sofrem depreciação. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

		20
	Vida útil em anos	Taxa de depreciação
Máquinas e equipamentos	15	6,6%
Edificações e instalações	60	1,67%
Veículos	5 a 10	10% a 20%
Móveis e utensílios	10	10%
Equipamentos de computação	5	20%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações pela aquisição de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

As contas a pagar referente a compra de mercadorias de revenda de insumos agrícolas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. As contas a pagar referente a compra de *commodities* agrícolas com preço a fixar ("fornecedores a fixar de *commodities*"), são registradas pelo valor justo na data de recebimento dos produtos pela Companhia e, subsequentemente, o valor justo dessas contas a pagar atreladas à variação do preço das *commodities* é ajustado pela cotação da *commodity* no mercado físico, em contrapartida do custo das mercadorias e produtos vendidos.

### 2.8. Empréstimos e financiamentos

Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

#### 2.9. Provisões

#### Geral

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou constituída) em virtude de eventos passados, é provável que seja necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro ou por outro meio, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.9. Provisões

#### Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e administrativos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Companhia tendo por base a natureza das ações nas quais está envolvida, e sustentada pela opinião de seus assessores jurídicos, divulga seus passivos contingentes para os quais possui expectativa de perda possível. Para estas ações não são constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelecido pelo CPC 25 (IAS 37).

### 2.10. Instrumentos financeiros

# (i) Ativos financeiros

### Reconhecimento inicial e mensuração

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros, sendo classificados conforme segue:

- Ativos financeiros mensurados a custo amortizado ("CA");
- Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") – a Companhia não possui transações com instrumentos financeiros classificados nesta modalidade; e
- Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado ("VJR").

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, instrumentos financeiros e instrumentos financeiros derivativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.10. Instrumentos financeiros--Continuação

#### (i) Ativos financeiros--Continuação

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

#### Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

#### Ao custo amortizado

Devem ser mensurados ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- a) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- b) Os termos contratuais do ativo financeiro que derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

### • Ao valor justo por meio do resultado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.10. Instrumentos financeiros--Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

### Redução do valor recuperável de ativos financeiros

Nas datas do balanço a Companhia avalia a existência de indicadores que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros possam não ser recuperáveis. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido após seu reconhecimento inicial, quando este(s) evento(s) de perda tenha(m) impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro em questão.

### (ii) Passivos financeiros

#### Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

#### Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

Passivos financeiros ao custo amortizado (CA)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, contas a pagar com partes relacionadas e outros passivos financeiros contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.10. Instrumentos financeiros--Continuação

- (ii) Passivos financeiros--Continuação
  - Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados ao valor justo, sendo que quaisquer ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo são reconhecidos no resultado.

O passivo financeiro, exceto pelo passivo financeiro mantido para negociação ou contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado mediante reconhecimento inicial se:

- a) Essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que surgiria de outra forma; ou
- b) O passivo financeiro fizer parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros, ou ambos, que seja administrado e cujo desempenho seja avaliado com base no seu valor justo, de acordo com a gestão de risco ou a estratégia de investimento da Companhia, e as informações sobre esse grupo forem fornecidas internamente nessa base; ou
- c) O passivo financeiro fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos, e a IFRS 9 (CPC 48) permitir que o contrato combinado como um todo seja designado ao valor justo por meio do resultado.

#### (iii) Desreconhecimento e compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Um passivo financeiro é desreconhecido quando sua obrigação contratual é extinta, cancelada ou expirada. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

#### **2.10.** Instrumentos financeiros--Continuação

#### (iii) <u>Instrumentos financeiros derivativos</u>

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como por exemplo, contratos de moeda a termo, contratos de *commodity* a termo e contratos futuros em bolsa (CBOT), para proteger seus riscos de taxa de câmbio e preços de *commodities*.

Esses instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos a valor justo na data em que o derivativo é contratado, sendo subsequentemente mensurados a valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

#### 2.11. Valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros (como, por exemplo, derivativos) e ativos não financeiros (como, por exemplo, estoques) ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.11. Valor justo--Continuação

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.12. Reconhecimento da receita

O CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem:

- (i) A identificação do contrato com o cliente;
- (ii) A identificação das obrigações de desempenho;
- (iii) A determinação do preço da transação;
- (iv) A alocação do preço da transação; e
- (v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que atua como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

### Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre as mercadorias e produtos vendidos.

#### Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.13. Tributos

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social correntes

Os ativos e passivos fiscais para o período atual são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias. As alíquotas e leis fiscais utilizadas para determinar o valor são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor nas datas de encerramento. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

As antecipações em valores possíveis de compensação são demonstradas no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Os impostos diferidos são registrados integralmente no longo prazo.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados como ativos ou passivos não circulantes e mensurados às alíquotas esperadas para o ano em que o ativo é realizado ou o passivo liquidado com base nas alíquotas que estavam em vigor ou substancialmente em vigor nas datas de encerramento.

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.13. Tributos -- Continuação

#### Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos do valor dos impostos sobre vendas, exceto quando os impostos sobre vendas sobre a compra de ativos ou serviços não for recuperável. Nesse caso, os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou parte do item de despesa, quando aplicável. Os valores a receber e a pagar são apresentados incluindo o valor do imposto sobre vendas.

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Aliquotas
Imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS)	17.5%
Contribuição para Seguridade Social (COFINS)	7,6%
Programa de Integração Social (PIS)	1,65%
INSS	11%
ISSQN	5%

Nas demonstrações do resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

### 2.14. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis (impairment)

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.14. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis (impairment)--Continuação

Para a data do balanço, a Companhia avaliou a existência de indicadores de que seus ativos, com vida útil definida, pudessem apresentar desvalorização significativa. Como resultado da referida análise, não foram identificadas situações que indiquem que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior aquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

### 2.15. Ajustes a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

### 2.16. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi elaborada pelo método indireto, e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) (IAS 7).

### 2.17. Demonstração do valor adicionado (DVA)

A DVA tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

Essa demonstração é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, e de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, e como informação suplementar às demonstrações financeiras para fins de IFRS.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.18. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

### 2.19. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.20. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (o denominador) durante o exercício.

O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação.

### 2.21. Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio para obter receitas. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia revisa as informações financeiras para tomada de decisão e estão apresentados de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria Executiva, onde se concentra a tomada das principais decisões operacionais da Companhia.

#### 2.22. Novas normas contábeis

Atualizações de normas emitidas em 2020

Atualização do CPC 38, CPC 40 (R1) E CPC 48 (Deliberação CVM Nº 854/2020)

A deliberação CVM 854/2020 entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020. Trata de alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 38 CPC 40 (R1) e CPC 48, emitidos pelo CPC, em decorrência da reforma da taxa de juros de referência, relacionada com a previsão de descontinuidade do uso da London Interbank Offered Rate (Libor) como taxa de juros de referência após 2021.

A Companhia avaliou e concluiu que não houve impactos em suas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.22. Novas normas contábeis--Continuação

Atualização do CPC 26/IAS 1 E CPC 23/IAS 8 definição de materialidade

As atualizações do CPC 26/IAS 1 e do CPC 23/IAS 8 esclarecem a definição de materialidade e alinham a definição usada na estrutura conceitual e nas demais normas contábeis. Estas emendas entraram em vigor em 1º de janeiro de 2020. A Administração entende que estas atualizações não trouxeram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia, pois aplica a orientação técnica OCPC 7 e com isso divulga somente informações relevantes.

Atualização do IFRS 16 E Deliberação CVM Nº 859/2020

Em maio de 2020, o IASB aprovou uma emenda na norma IFRS 16, a qual concede benefícios no resultado, durante o período impactado pela pandemia da Covid-19 para arrendatários, com isso não tratando como uma modificação de contrato. Em 07 de julho de 2020, a CVM publicou a Deliberação nº 859/2020 que aprova a revisão do CPC 06 (R2)/IFRS 16 que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020.

A Companhia avaliou e concluiu que não houve impactos em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

# 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

Estoques e compromissos de compra e venda de commodities e instrumentos financeiros derivativos

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

A Companhia valoriza as contas a receber atreladas ao recebimento de *commodities*, bem como o seu estoque de *commodities*, e as contas a pagar a fornecedores a fixar de *commodities* pelo valor justo na data de reporte, sendo as variações do valor justo registradas em contra partida ao custo das mercadorias e produtos vendidos no resultado do exercício.

As commodities comercializáveis são negociadas livremente, em mercado ativo e podem ser vendidas sem processamento adicional significativo. A Administração estima o valor de mercado com base nos preços cotados em bolsas de valores, ajustados para refletir diferenças em mercados locais.

Como parte de sua gestão de risco de preços, principalmente para fins comerciais, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos, representados por contratos de compra e venda a termo de *commodities*, bem como por contratos futuros em bolsa (CBOT), os quais são também mensurados ao valor justo, tendo suas variações registradas em contrapartida do custo das mercadorias e produtos vendidos no resultado do exercício.

A administração reconhece contabilmente o valor justo das contas a receber de cédula de produtor rural e dos contratos de compra e venda a termo que são liquidados com a entrega física, por esta ser a prática da Companhia para contratos similares, com o propósito de negociação e obtenção de margens em suas operações comerciais de *commodities*.

#### Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Tributos sobre o lucro

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas as posições fiscais tomadas. A Companhia acredita que a provisão para o imposto de renda está adequada baseando-se em avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e opinião de seus assessores jurídicos.

A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os inputs considerados nesses modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que esses inputs não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a esses fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. A Nota 13 apresenta mais detalhes e divulgações neste sentido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 4. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019	2018
Caixa e bancos	152.455	33.923	87.084
Câmbio a realizar (*)	43.056	69.335	6.514
Aplicações financeiras	57.181	60.712	37.731
	252.692	163.970	131.329

<sup>(\*)</sup> Os câmbios a realizar referem-se a recebimentos de exportações mantidos em instituição financeira, pendentes de fechamento de contratos de câmbio na data de encerramento das demonstrações financeiras.

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em caixa, apresentando-se em um montante conhecido e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os rendimentos são atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), a uma taxa média de 99,8% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (97% do CDI em 31 de dezembro de 2019 e 100,2% do CDI em 31 de dezembro de 2018).

# 5. Contas a receber de clientes

	2020	2019	2018
Contas a receber no mercado interno	108.167	103.499	44.570
Contas a receber no mercado externo	55.036	5.274	19.762
Contas a receber - cédula de produtor rural	397.337	129.273	79.531
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 20)	79.314	205.941	163.790
	639.854	443.987	307.653
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.608)	(7.246)	(6.703)
Total de contas a receber	634.246	436.741	300.950

As "Contas a receber – cédula de produtor rural" são originadas na venda de produtos a clientes mediante o recebimento do pagamento em grãos. Essas contas a receber são valorizadas ao valor justo, conforme descrito na Nota 8. A comercialização de insumos para o recebimento em commodities agrícolas é parte da estratégia de originação de grãos da Companhia, para a consecução de sua atividade de comercialização de *commodities* agrícolas.

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a análise dos saldos das contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 5. Contas a receber de clientes--Continuação

	2020	2019	2018
A Vencer	625.307	428.801	290.928
Vencidos	8.939	7.940	10.022
De 1 a 30 dias	3.660	1.878	4.841
De 31 a 60 dias	741	414	967
De 61 a 90 dias	95	78	131
De 91 a 180 dias	150	88	253
Acima de 181 dias	4.293	5.482	3.830
	634.246	436.741	300.950

As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes, não sendo esperadas perdas significativas considerando o histórico da Companhia e as garantias existentes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída pela Companhia é considerada suficiente para cobrir as perdas prováveis com as contas a receber.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentou a seguinte movimentação:

	2020	2019	2018
Saldo no início do exercício	(7.246)	(6.703)	(2.851)
Adições	(4.212)	(1.590)	(3.852)
Realizações/recuperações	5.850	1.047	-
Saldo no final do exercício	(5.608)	(7.246)	(6.703)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 6. Impostos a recuperar

	2020	2019	2018
IRPJ	102.355	79.197	53.135
CSLL	37.552	28.892	19.148
PIS	4.585	4.767	3.328
COFINS	22.331	22.616	14.802
Outros	305	182	296
Total	167.128	135.654	90.709
Circulante	45.169	27.565	18.439
Não circulante	121.959	108.089	72.270
	167.128	135.654	90.709

Os saldos a recuperar de PIS e COFINS se referem, basicamente, aos créditos presumidos apurados sobre as vendas da operação de extração de farelo de soja, óleo degomado e casca de soja, além da produção de biodiesel. Estes créditos são utilizados pela Companhia mediante compensação com impostos a pagar ou são efetuados pedidos de ressarcimento em caixa.

Os saldos a recuperar de imposto de renda e contribuição social se referem a créditos tributários extemporâneos decorrentes do benefício de subvenções governamentais para investimento conforme Nota 23. A realização desses créditos ocorre mediante compensação com impostos a pagar ou através de pedidos de ressarcimento em caixa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 7. Estoques

Os estoques de *commodities* estão apresentados devidamente ajustados a valor justo em contrapartida do resultado.

Os estoques de insumos, sementes, produtos prontos e peças agrícolas foram avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais não superam os valores de mercado, vigentes na data do balanço.

O grupo de estoques está assim composto:

	2020	2019	2018
Registrados a custo de aquisição/produção			
Adubos e fertilizantes	9.032	5.845	2.906
Defensivos	424.089	249.623	135.033
Biodiesel	29.134	10.634	12.238
Outros	7.709	8.441	1.236
	469.964	274.543	151.413
Commodities a valor justo			
Grãos	264.656	134.500	85.479
Óleo e farelo	48.903	34.929	14.590
	313.559	169.429	100.069
Total	783.523	443.972	251.482

As cotações médias utilizadas para a valorização dos estoques de commodities na data das demonstrações financeiras foram obtidas por meio de fontes públicas independentes, e são como segue:

	2020			2019			2018		
	Valor sacas	Quantidade	Saldo	Valor sacas	Quantidade	Saldo	Valor sacas	Quantidade	Saldo
Soja*	150,00	950	142.531	86,99	570	49.618	81,98	546	44.797
Milho*	78,00	8	600	37,99	0	2	34,99	1	45
Trigo*	77,00	1.342	103.366	47,99	1.146	54.984	42,99	721	31.016
Semente soja*	316,44	16	5.063	419,23	49	20.534	261,81	16	4.106
Semente trigo *	151,44	59	8.935	120,00	1.631	3.261	94,80	89	4.347
Outras sementes*	38,53	108	4.161	48,41	126	6.101	44,92	26	1.168
Farelo**	134,40	118	15.811	77,99	219	17.068	77,98	125	9.728
Óleo **	312,00	106	33.092	179,97	99	17.861	164,96	29	4.862
			313.559			169.429			100.069

<sup>(\*)</sup> Em milhares de sacas de 60 kgs.

<sup>(\*\*)</sup> Em milhares de toneladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 8. Valor justo

A tabela abaixo apresenta uma análise dos instrumentos financeiros e estoques mensurados subsequentemente ao reconhecimento inicial a valor justo:

	2020	2019	2018
	(Nível 2)	(Nível 2)	(Nível 2)
Instrumentos financeiros ativos	404.206	136.403	99.379
Cédula de produtor rural (CPR) (Nota 5)	397.337	129.273	79.531
Contratos a termo de commodities	5.491	7.130	19.848
Operação de swap sobre empréstimos	1.378	-	-
Estoques commodities (Nota 7)	313.559	169.429	100.069
Total ativo	717.765	305.832	199.448
Instrumentos financeiros passivos			
Fornecedores a fixar de <i>commodities</i> (Nota 10)	174.308	202.443	133.836
Contratos a termo de commodities	26.309	-	1.014
Contratos futuros – CBOT	479	994	<u>-</u>
Total passivo	201.096	203.437	134.850

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 9. Imobilizado

	Terrenos	Edificações	Instalações	Veículos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Outros	Imobilizações em andamento	Total
Custo										_
Saldo em 01/01/2018	10.804	136.494	13.496	26.970	67.834	1.273	1.928	1.134	10.726	270.659
Adições	-	285	152	2.905	1.493	226	322	84	6.993	12.460
Baixas	-	2.878	- 781	(470)	(209) 1.385	-	-	-	(5.228)	(679)
Transferências (-) Saldo em 31/12/2018	10.804	139.657	781 14.429	30 <b>29.435</b>	70.503	1.499	2.250	1,218	(5.228) <b>12.491</b>	(154) <b>282.286</b>
Adições	10.004	23	153	6.161	2.034	530	414	3.542	46.158	59.015
Baixas		23	100	(993)	(5)	550	(2)	3.542	40.130	(1.000)
Transferências (-)	5.750	13.812	627	361	10.049	18	21	464	(31.129)	(27)
Saldo em 31/12/2019	16.554	153.492	15.209	34.964	82.581	2.047	2.683	5.224	27.520	340.274
Adições	455	16	29	2.624	2.156	235	985	132	70.902	77.534
Adições (Incorporação – Nota 1)	7.886	46.293	6.861	6.731	20.408	636	399	479	8.383	98.076
Baixas	-	-	-	(1.396)	(952)	(51)	(231)	(3.722)	(778)	(7.130)
Transferências (-)	-	422	479	-	2.214	42	7	517	(3.681)	-
Saldo em 31/12/2020	24.895	200.223	22.578	42.923	106.407	2.909	3.843	2.630	102.346	508.754
<u>Depreciação</u>										
Saldo em 01/01/2018	-	(16.406)	(4.679)	(12.015)	(22.345)	(496)	(1.178)	(659)	-	(57.778)
Depreciação	-	(2.633)	(1.192)	(2.342)	(5.029)	(127)	(347)	(99)	-	(11.769)
Saldo em 31/12/2018	-	(19.039)	(5.871)	(14.357)	(27.374)	(623)	(1.525)	(758)	-	(69.547)
Depreciação Saldo em 31/12/2019	-	(2.938) ( <b>21.977</b> )	(1.766) ( <b>7.637</b> )	(3.265) (17.622)	(3.788) (31.162)	(175) ( <b>798</b> )	(155) (1.680)	(445) (1.203)	-	(12.532) ( <b>82.079</b> )
		(4.791)	(1.709)	(2.522)	(6.894)	(265)	(385)	(680)		(17.246)
Depreciação Baixa de depreciação	-	(4.791)	(1.709)	1.008	(6.894)	(205)	(365)	1.018	- -	2.391
Depreciação (Incorporação – Nota 1)	-	(864)	(518)	(1.974)	(1.512)	(129)	(187)	(72)	-	(5.256)
Saldo em 31/12/2020	-	(27.632)	(9.864)	(21.110)	(39.313)	(1.141)	(2.193)	(937)	-	(102.190)
<u>Valor Residual</u> Saldo em 31/12/2018	10.804	120.618	8.558	15.078	43.129	876	725	460	12.491	212.739
Saldo em 31/12/2018 Saldo em 31/12/2019	16.554	131.515	7.572	17.342	43.129 51.419	1.249	1.003	4.021	27.520	212.739 258.195
Saldo em 31/12/2020	24.895	172.591	12.714	21.813	67.094	1.768	1.650	1.693	102.346	406.564

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 9. Imobilizado--Continuação

#### a) Imobilizado em andamento

As imobilizações em andamento em 31 de dezembro de 2020 se referem, principalmente, a ampliações de unidades da Companhia, com novos depósitos para grãos e insumos, e ampliação e reforma da planta fabril de Cruz Alta para duplicação da capacidade de esmagamento, com previsão de conclusão das obras no exercício de 2021.

### b) Garantias

Nas datas de levantamento das demonstrações financeiras existiam bens do ativo imobilizado oferecidos a terceiros como garantias relacionadas a empréstimos e financiamentos, atrelados ao seu próprio financiamento, conforme demonstrado na Nota 11.

#### c) Valor recuperável do ativo imobilizado (*impairment*)

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar indicativos de *impairment*.

### 10. Fornecedores

Os fornecedores de bens e serviços estão representados:

	2020	2019	2018
Fornecedores no mercado interno	659.155	417.551	298.704
Fornecedores no mercado externo	33.086	15.961	4.906
Fornecedores a fixar de commodities	174.308	202.443	133.836
	866.549	635.955	437.446
Circulante	866.549	635.955	431.064
Não circulante	-	-	6.382

A operação de fornecedores a fixar de *commodities* se refere a obrigação da Companhia com o produtor rural que já entregou produtos agrícolas, porém ainda não definiu a data e por consequência o valor final da operação, o qual fica vinculado ao valor de mercado do ativo entregue até a data em que for fixado, podendo ser realizado a qualquer momento, por decisão do produtor rural, sendo valorizadas ao valor justo, conforme descrito na Nota 8. Por não existir um prazo específico, o saldo total dessas operações é classificado no passivo circulante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 11. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão assim representados:

			2020		20	19	20	)18
Modalidade	Data de vencimento	Taxa média	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Capital de giro	jan/21 a dez/25	6,67% a.a.	206.514	110.391	129.466	91.459	109.799	17.419
Financiamentos	jan/21 a set/35	5,6% a.a.	18.563	125.009	14.695	35.033	16.148	28.584
Adiantamento contrato de câmbio Adiantamento para exportação	jan/21 a jun/21	5,96% a.a	82.758	-	65.793	-	86.766	-
	abr/21 a set/22	4,20% a.a.	98.320	-	87.234	-	52.727	-
Total		·	406.155	235.400	297.188	126.492	265.440	46.003
Moeda estrangeira (USD) Moeda nacional (BRL)			520		bre o tal 19% 81% 100%			

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 11. Empréstimos e financiamentos--Continuação

As garantias da Companhia para os empréstimos e financiamentos estão representadas conforme abaixo:

	2020
Alienação fiduciária – imóveis	48.788
Alienação fiduciária (bens móveis) e hipotecas	35.501
Alienação fiduciária - bens móveis	11.352
Avais	279.301
Estoques	162.258
Hipoteca	104.356
	641.555

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2020 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

406.155
99.731
32.238
103.431
641.555

A Companhia não possui contratos de empréstimos em 31 de dezembro de 2020 que preveem o cumprimento de compromissos financeiros ("covenants").

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

As atividades da Companhia expõem a riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros, sendo eles respectivamente risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, sendo tais riscos mitigados pela administração, buscando minimizar e projetar possíveis efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

As operações realizadas pela Companhia através de instrumentos financeiros são demonstradas abaixo.

_	2020	2019	2018
Ativos financeiros	948.053	693.276	506.916
Custo amortizado	291.155	392.903	276.208
Contas a receber	236.909	307.468	221.419
Outros ativos financeiros	54.246	85.435	54.789
Valor justo por meio do resultado	656.898	300.373	230.708
Caixa e equivalentes de caixa	252.692	163.970	131.329
Contas a receber (CPR)	397.337	129.273	79.531
Contratos a termo de commodities	5.491	7.130	19.848
Operações de swap sobre empréstimos	1.378	-	-
_	2020	2019	2018
Passivos financeiros	1.551.039	1.071.238	752.218
Custo amortizado	1.349.943	867.801	617.368
Fornecedores	692.241	433.512	303.610
Empréstimos e financiamentos	641.555	423.680	311.443
Outras obrigações	16.147	10.609	2.315
Valor justo por meio do resultado	201.096	203.437	134.850
Fornecedores a fixar de commodities	174.308	202.443	133.836
Contratos a termo de commodities	26.309	-	1.014
Contratos futuros de commodities – CBOT	479	994	-

# 12. Instrumentos financeiros--Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Caixa e equivalentes de caixa - Incluem o caixa, os saldos em conta corrente e em aplicações financeiras, com valores disponíveis para realização na data de elaboração das demonstrações financeiras.

**Contas a receber de clientes/fornecedores** - Decorrem diretamente das operações da Companhia, registrados pelo seu valor original, deduzido de provisões para eventuais perdas.

Contas a receber – CPR/fornecedores a fixar de commodities - Decorrem diretamente das operações da Companhia, registrados pelo valor justo na data da transação e, posteriormente, tem seu valor justo atrelado à variação do preço das commodities (soja, milho e trigo).

**Empréstimos e financiamentos** - Contratações realizadas junto a instituições financeiras, registradas pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais.

**Outros ativos financeiros** – Saldos decorrentes de outras transações com terceiros, e que serão convertidos em caixa, além de saldo decorrentes de transações com partes relacionadas.

Outras obrigações – saldo decorrentes de outras transações e que serão liquidadas em caixa.

**Instrumentos financeiros derivativos (Contratos futuros de commodities e swaps sobre empréstimos)** - A Companhia está exposta a riscos de mercado relacionados, principalmente, à flutuação das variações cambiais e a preços de commodities. A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros de proteção para mitigar sua exposição a esses riscos.

**Contratos a termo – commodities** - Os valores classificados como contratos a termo commodities referem-se ao valor justo de operações de compra e venda futura de *commodities* através de contratos a termo junto a produtores rurais e clientes.

#### 13. Gestão de risco

Considerações gerais sobre a gestão de riscos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição a estes. Esses riscos incluem risco de mercado (risco de preço de *commodities, risco cambial, risco de juros*), risco de crédito e risco de liquidez.

A gestão de risco global, definida através de política interna da Companhia, concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 13. Gestão de risco--Continuação

O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Companhia administra sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão	
Risco de mercado - câmbio	Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Análise de sensibilidade	Operações de <i>swap</i> sobre empréstimos e análise da exposição líquida	
Risco de mercado - taxa de juros	Equivalentes de caixa e empréstimos com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	Análise exposição líquida	
Risco de mercado - volatilidade no preço de commodities	Estoques e operações atreladas a commodities agrícolas	Análise de sensibilidade	Estoques, CPR, fornecedores a fixar de commodities, contratos futuros e a termo	
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, instrumentes financeiros derivativos	Análise de vencimento e avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras e monitoramento dos limites de crédito/ratings	
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis	

#### a) Riscos de mercado

### i) Riscos de preço de commodities

A disponibilidade e os preços de *commodities* agrícolas são sujeitos a flutuações decorrentes de fatores, como por exemplo, mudanças nas condições meteorológicas, pragas, plantios, programas e políticas do governo, concorrência, mudanças na demanda global resultantes de crescimento populacional e mudanças de padrões de vida e produção global de plantios semelhantes e concorrentes.

A Companhia gerencia sua posição de exposição ao preço de commodities através de contratos de futuros negociados em bolsa, operações de CPR, fornecedores a fixar de *commodities*, bem como contratos de compra e venda a termo a preço fixo com o objetivo de reduzir o risco de preço advindo de flutuações de mercado em *commodities* agrícolas.

Os resultados dessas estratégias podem sofrer impactos significativos decorrentes de fatores, como, por exemplo, volatilidade do relacionamento entre as posições compradas e vendidas em *commodities*, inadimplemento contratual pela contraparte e volatilidade de mercados de frete.

Abaixo segue resumo das exposições das *commodities* na Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, bem como os instrumentos contratados pela administração para reduzir exposições físicas (em milhares de sacas de 60kg):

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 13. Gestão de risco--Continuação

_	2020		2019			2018			
_	Soja	Milho	Trigo	Soja	Milho	Trigo	Soja	Milho	Trigo
Estoques	950	8	1.342	570	-	1.146	546	1	721
Contas a receber – CPR	2.433	349	52	1.337	179	2	875	197	3
Contratos a termo - compra	2.298	245	37	1.739	162	-	762	262	3
Contratos a termo – venda Fornecedores a fixar de	(2.992)	(487)	(50)	(1.890)	(225)	(630)	(1.331)	(458)	(407)
commodities	(913)	(42)	(635)	(2.243)	(72)	(634)	(1.712)	(30)	(339)
Exposição líquida à variação de preço	1.776	73	746	(487)	44	(116)	(860)	(28)	(19)

A variação da mensuração a valor justo dos contratos incluídos na gestão de risco de preço das *commodities* é registrada em contrapartida ao custo das mercadorias e produtos vendidos, e totalizou R\$40.349 em 31 de dezembro de 2020 (R\$3.560 em 31 de dezembro de 2019 e R\$34.480 em 31 de dezembro de 2018).

Análise de sensibilidade do preço das commodities

A análise de sensibilidade a seguir apresentada foi determinada com base na exposição a preços de *commodities* ao final do exercício. Esse cenário reflete a expectativa da Administração da Companhia em relação a esse fator de risco, que poderia afetar o resultado antes dos impostos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 13. Gestão de risco--Continuação

Soja		Cotação	Exposição	25% de	aumento	50% de	aumento	25% de	redução	50% de re	dução
Instrumentos	Sacas*	em 31/12/2020	Atual	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Estoques	950	150,00	142.531	187,50	35.633	225,00	71.265	112,50	(35.633)	75,00	(71.265)
Contas a receber – CPR	2.433	150,86	367.078	188,57	91.770	226,28	183.539	113,14	(91.770)	75,43	(183.539)
Contratos a termo – compra	2.298	154,59	110.942	193,24	87.793	231,89	175.585	115,94	(87.792)	77,30	(175.585)
Contratos a termo – venda	(2.992)	148,82	(125.658)	186,02	(110.372)	223,23	(220.745)	111,61	110.372	74,41	220.745
Fornecedores a fixar de commodities	(913)	140,00	(127.807)	175,00	(31.952)	210,00	(63.903)	105,00	31.952	70,00	63.903
	1.776		367.086		72.871		145.741		(72.871)		(145.741)

Milho		Cotação	Exposição	25% de	aumento	50% de a	aumento	25% de i	edução	50% de re	dução
Instrumentos	Sacas*	em 31/12/2020	Atual	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Estoques	8	78,00	600	97,50	150	117,00	300	58,50	(150)	39,00	(300)
Contas a receber – CPR	349	74,30	25.906	92,87	6.476	111,45	12.953	55,72	(6.476)	37,15	(12.953)
Contratos a termo – compra	245	78,20	7.827	97,75	4.771	117,30	9.542	58,65	(4.771)	39,10	(9.542)
Contratos a termo – venda	(487)	77,93	(13.636)	97,42	(9.449)	116,90	(18.898)	58,45	9.449	38,97	18.898
Fornecedores a fixar de commodities	(42)	74,00	(3.118)	92,50	(779)	111,00	(1.559)	55,50	779	37,00	1.559
	73		17.579		1.169		2.338		(1.169)		(2.338)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 13. Gestão de risco--Continuação

Trigo		Cotação	Exposição	25% de	aumento	50% de a	aumento	25% de i	edução	50% de red	lução
Instrumentos	Sacas*	em 31/12/2020	Atual	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Estoques	1.342	77,00	103.366	96,25	25.841	115,50	51.683	57,75	(25.841)	38,50	(51.683)
Contas a receber – CPR	52	83,26	4.352	104,08	1.088	124,90	2.176	62,45	(1.088)	41,63	(2.176)
Contratos a termo - compra	37	68,79	(42)	85,99	630	103,19	1.260	51,59	(630)	34,40	(1.260)
Contratos a termo - venda	(50)	83,00	(251)	103,75	(1.035)	124,50	(2.070)	62,25	1.035	41,50	2.070
Fornecedores - grãos a fixar	(635)	68,32	(43.383)	85,40	(10.846)	102,48	(21.692)	51,24	10.846	34,16	21.692
_	746		64.042		15.678		31.357		(15.678)		(31.357)

		Cotação	Exposição	25% de	aumento	50% de a	umento	25% de r	edução	50% de red	lução
Demais estoques	Quantidade	em 31/12/2020	Atual	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Estoque - soja semente *	16	316,44	5.063	395,55	1.266	474,66	2.532	237,33	(1.266)	158,22	(2.532)
Estoque - trigo semente *	59	151,44	8.935	189,30	2.234	227,16	4.467	113,58	(2.234)	75,72	(4.467)
Estoque - óleo **	106	312,00	33.092	390,00	8.273	468,00	16.546	234,00	(8.273)	156,00	(16.546)
Estoque - farelo **	118	134,40	15.811	168,00	3.953	201,60	7.906	100,80	(3.953)	67,20	(7.906)

<sup>\*</sup> em milhares de sacas de 60kg

<sup>\*\*</sup> em milhares de toneladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Gestão de risco—Continuação

#### (ii) Risco cambial

A Companhia está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de moedas estrangeiras, basicamente com relação ao dólar norte-americano. A administração estabeleceu uma política que define que a Companhia administre seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para se proteger das variações das taxas de câmbio, além do acompanhamento periódico da exposição líquida em moeda estrangeira das suas operações. No quadro abaixo é demonstrada a exposição líquida da Companhia em milhares de dólares norte-americanos:

Instrumento financeiro	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
	USD mil	USD mil	USD mil
Câmbio a realizar	8.285	17.202	1.681
Bancos	24.100	3.765	10.441
Corretoras	528	1.029	1.028
Clientes	10.858	1.294	5.100
Fornecedores	(6.367)	(3.596)	(1.259)
Empréstimos e financiamentos	(23.306)	(27.507)	(24.060)
Exposição líquida a variação cambial	14.098	(7.813)	(7.069)
			_
Swap	219	(191)	-

Análise de sensibilidade do risco cambial

A análise de sensibilidade a seguir apresentada foi determinada com base na exposição à variação cambial no encerramento do exercício. Esse cenário reflete a expectativa da Administração da Companhia em relação a como esse fator de risco poderia afetar o resultado antes dos impostos.

			25% de a	lumento	50% de a	lumento	25% de l	redução	ou% ae	reaução
Instrumento financeiro	Saldo contábil (em R\$)	Cotação em 31/12/2020	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Câmbio a realizar	43.082	5,20	6,50	10.771	7,80	21.541	3,90	(10.763)	2,60	(21.526)
Bancos	125.320	5,20	6,50	31.330	7,80	62.660	3,90	(31.308)	2,60	(62.616)
Corretoras	2.746	5,20	6,50	686	7,80	1.373	3,90	(685)	2,60	(1.371)
Clientes	56.462	5,20	6,50	14.115	7,80	28.231	3,90	(14.105)	2,60	(28.211)
Fornecedores	(33.107)	5,20	6,50	(8.277)	7,80	(16.553)	3,90	8.270	2,60	16.541
Empréstimos e financiamentos	(121.115)	5,20	6,50	(30.278)	7,80	(60.557)	3,90	30.278	2,60	60.557
	73.388			18.347		36.695		(18.313)		(36.626)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Gestão de risco--Continuação

#### ii) Riscos de taxa de juros

O principal risco de taxa de juros da Companhia decorre de equivalentes de caixa e empréstimos com taxas variáveis, expondo a Companhia ao risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros.

Análise de sensibilidade do risco de juros

A análise de sensibilidade a seguir apresentada foi determinada com base na exposição à taxa de juros no encerramento do exercício. Esse cenário reflete a expectativa da Administração da Companhia em relação a como esse fator de risco poderia afetar o resultado antes dos impostos.

		25% de au	25% de aumento		50% de aumento		25% de redução		redução	
Instrumento financeiro	Saldo Contábil (em R\$)	Indexador	Taxa de juros	Efeito						
Aplicações financeiras	57.181	2,75%	3,44%	1.967	4,13%	2.361	2,06%	1.180	1,38%	787
Empréstimos	(91.935)	6,09%	7,62%	(7.004)	9,14%	(8.404)	4,57%	(4.202)	3,05%	(2.801)
Adiantamento de exportação	(14.870)	1,80%	2,25%	(335)	2,70%	(401)	1,35%	(201)	0,90%	(134)

#### (iii) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado, instrumentos financeiros derivativos favoráveis, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

O risco de crédito é administrado corporativamente. Os clientes são classificados pela área de análise de crédito avaliando a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Companhia. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Gestão de risco--Continuação

#### (iii) Risco de crédito--Continuação

#### Contas a receber de clientes

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes.

Desta forma, as perdas de crédito são contabilizadas levando em conta o fator de risco individual de cada cliente vencido, adicionalmente com o histórico de perda, e, com isso gerando a provisão necessária para cobrir eventuais perdas, na opinião da Administração.

As contas a receber de clientes são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação.

O aging dos saldos a receber está demonstrado na nota explicativa 5.

### (iv) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas, disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas de empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais — como por exemplo, restrições de moeda.

A Companhia administra o risco de liquidez, mantendo reservas adequadas, linhas de crédito bancárias, empréstimos e financiamentos, monitorando continuamente o fluxo de caixa orçado e o real e honrando os perfis de vencimento de ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia que são liquidados em uma base líquida, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis no encerramento dos exercícios.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Gestão de risco--Continuação

#### (iv) Risco de liquidez--Continuação

	2020				2019		2018			
	Até um ano	Acima de um ano	Acima de cinco anos	Até um ano	Acima de um ano	Acima de cinco anos	Até um ano	Acima de um ano	Acima de cinco anos	
Fornecedores	866.549	-	-	635.955	-	-	431.064	6.382	-	
Empréstimos e financiamentos	406.155	187.114	48.286	297.188	115.433	11.059	265.440	40.248	5.755	
Passivos de arrendamentos	687	307	-	2.950	1.019	-	-	-	-	
Outras obrigações	21.113	-		11.131	-		2.315	-		
	1.294.504	187.421	48.286	947.224	116.452	11.059	698.819	46.630	5.755	

#### (v) Gestão de capital

A Companhia realiza gestão de capital para se assegurar que esteja em condições de continuar em regime operacional normal, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno aos acionistas por meio da otimização da proporção dívida/patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada para o presente exercício.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

A Administração da Companhia revisa a estrutura de capital anualmente. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital e os riscos associados com cada classe de capital.

Os índices de alavancagem financeira podem ser verificados abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 13. Gestão de risco--Continuação

### (v) Gestão de capital -- Continuação

	2020	2019	2018
Empréstimos e financiamentos	641.555	423.680	311.443
Caixa e equivalentes de caixa	(252.692)	(163.970)	(131.329)
Dívida líquida	388.863	259.710	180.114
Patrimônio líquido	712.132	399.821	299.458
Soma do patrimônio líquido e dívida líquida	1.100.995	659.531	479.572
Quociente de alavancagem	35%	39%	38%

Abaixo encontra-se demonstrada a divisão da estrutura de capital da Companhia entre capital próprio (representada pelo patrimônio líquido) e capital de terceiros (correspondente ao passivo):

	2020	2019	2018
Passivo circulante (a)	1.365.036	991.564	723.244
Passivo não circulante (b)	244.205	132.641	58.226
Patrimônio líquido e participação de não controladores (c)	712.132	399.821	299.458
Total (d)	2.321.373	1.524.026	1.080.928
Capital de terceiros (a+b)/d)	69,32%	73,77%	72,30%
Capital próprio (c/d)	30,68%	26,23%	27,70%

### 14. Receita

	2020	2019	2018
Receita bruta	3.168.731	2.272.982	1.923.200
Venda mercado interno	2.534.485	1.834.695	1.635.960
Venda mercado externo	627.794	434.925	284.143
Serviços	6.452	3.362	3.097
Deduções	(56.292)	(47.962)	(34.764)
Devoluções	(30.940)	(21.041)	(24.306)
Impostos sobre vendas	(25.352)	(26.921)	(10.458)
Receita	3.112.439	2.225.020	1.888.436

### 15. Despesas por função e natureza

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020	2019	2018
Por função	(2.810.176)	(2.104.077)	(1.740.726)
Custo das mercadorias e produto vendidos	(2.612.260)	(1.910.057)	(1.590.582)
Despesas de vendas	(178.161)	(177.172)	(139.171)
Despesas administrativas	(19.755)	(16.848)	(10.973)
	2020	2019	2018
Por natureza	(2.810.176)	(2.104.077)	(1.740.726)
Custos das mercadorias vendidas	(1.208.420)	(938.661)	(814.478)
Custos das matérias-primas	(1.315.724)	(921.949)	(714.257)
Valor justo	(40.349)	(3.560)	(34.480)
Pessoal	(73.850)	(60.858)	(46.117)
Fretes/armazenagem/despachos	(36.441)	(38.090)	(32.751)
Serviços de terceiros	(27.045)	(26.834)	(21.491)
Despesas de depreciação e amortização	(17.496)	(12.738)	(11.970)
Amortização de direito de uso	(2.110)	(2.481)	-
Combustíveis e lubrificantes	(9.361)	(9.035)	(8.642)
Água/luz/telefone/gás	(11.336)	(12.527)	(9.093)
Outras receitas/despesas	(68.044)	(77.344)	(47.447)

# 16. Resultado financeiro

	2020	2019	2018
Variação cambial ativa	81.795	37.480	31.996
Variação monetária ativa	1.431	4.742	2.461
Juros e descontos obtidos	24.481	27.179	13.140
(-) PIS/COFINS sobre receita financeira	(1.569)	(1.264)	(612)
Receitas financeiras	106.138	68.137	46.985
Variação cambial passiva	(105.728)	(40.296)	(46.250)
Variação monetária passiva	(3)	(26)	(127)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(35.388)	(22.627)	(22.587)
Juros, tarifas e descontos	(29.451)	(25.578)	(14.438)
Despesas com swap cambial	(7.600)	(637)	(516)
Despesas financeiras	(178.170)	(89.164)	(83.918)
Resultado financeiro	(72.032)	(21.027)	(36.933)

### 17. Parcelamentos tributários

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O saldo de parcelamentos tributários é oriundo, basicamente, de saldos em aberto de ICMS e PIS/COFINS, parcelados perante as autoridades fiscais. Os saldos em aberto serão amortizados, respectivamente, em 56 e 106 parcelas.

	2020	2019	2018
Parcelamento ICMS	4.669	_	_
Parcelamento Pis/Cofins	3.483	3.866	4.249
Outros parcelamentos	92	419	747
	8.244	4.285	4.996
Circulante	1.459	711	711
Não circulante	6.785	3.574	4.285

# 18. Imposto de renda e contribuição social

Composição da despesa de imposto de renda e contribuição social:

	2020	2019	2018
Lucro antes dos impostos sobre o lucro Alíquota vigente	255.443 34%	126.169 34%	117.822 34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(86.851)	(42.897)	(40.060)
Reconciliação da alíquota efetiva:			
Subvenção para investimentos (Nota 23)	75.333	52.292	47.425
Impacto de dividendos distribuídos a conta de reserva para incentivos fiscais, líquido	(6.914)	(6.955)	(2.293)
Impostos diferidos de exercícios anteriores (não reconhecidos)	7.689	(7.453)	-
Outros	1.563	(337)	2.333
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(9.180)	(5.350)	7.405
Corrente	(24.491)	18	(6.580)
Diferido	15.311	(5.368)	13.985
Alíquota efetiva	-4%	-4%	6%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

O imposto de renda e a contribuição social diferidos em 31 de dezembro referem-se a:

	2020	2019	2018
Provisão para litígios	533	529	529
		0_0	
Provisão para devedores duvidosos	1.907	3.861	3.673
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	4.543	46.704	27.078
Ajuste valor justo de estoques	12.246	(24.363)	(2.919)
Diferença de taxas de depreciação	(14.420)	(13.158)	(11.650)
Ativo imobilizado - custo atribuído	(3.452)	(3.774)	(4.026)
Outras diferenças temporárias	(1.502)	(3.523)	(1.041)
Imposto de renda diferido	(145)	6.276	11.644

A recuperabilidade do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e quando não for mais provável a geração de lucros tributáveis futuros para a recuperação de todo o ativo ou parte dele é baixado. A estimativa da realização dos tributos diferidos envolve as incertezas das demais estimativas. A Companhia possui base de prejuízos fiscais não reconhecidos, no valor de R\$119.375 (R\$150.705 em 31 de dezembro de 2019 e R\$128.784 em 31 de dezembro de 2018), passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros. Conforme divulgado na Nota 23, a Companhia usufrui de subvenções governamentais que reduzem o lucro tributável na sua apuração do imposto de renda e da contribuição social.

### 19. Provisão para litígios

A Administração, com base em informações de seus assessores legais, possui provisão para litígios em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis com as ações em curso, classificada no passivo exigível ao longo prazo, conforme abaixo:

	2020	2019	2018
Provisões trabalhistas	1.403	1.556	1.556
Provisões cíveis	79	-	-
Provisões tributárias	86	-	-
	1.568	1.556	1.556

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 19. Provisão para litígios--Continuação

A movimentação da provisão para contingências e dos depósitos judiciais é demonstrada a seguir:

Provisões
1.556
1.556
12
1.568
Depósitos judiciais
Depósitos judiciais
255
255 19

Adicionalmente, a Companhia foi informada pelos seus advogados da existência de processos de natureza cível e trabalhista com probabilidade de perda possível, avaliados no montante de R\$1.472 em 31 de dezembro de 2020 (R\$1.460 em 31 de dezembro de 2019 e 2018).

#### 20. Partes relacionadas

#### Alienação de investimento

Em novembro de 2014, a Companhia alienou a totalidade da sua participação de 25% das ações da 4 Ventos Agroindustrial S.A. para a sua controladora Sinuelo Participações Ltda., pelo montante de R\$40.000. A transação foi realizada em condições acordadas entre as partes. As parcelas serão liquidadas em 10 anos, com atualização anual do IPCA. Os saldos em aberto no encerramento dos exercícios estão apresentados pelo valor atualizado e classificados de acordo com o prazo de vencimento.

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2020 referente a esta operação é de R\$27.053 (R\$27.794 em 31 de dezembro de 2019, R\$31.794 em 31 de dezembro de 2018).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 20. Partes relacionadas--Continuação

#### Alienação de terras

Em novembro de 2014, a Companhia alienou uma fração de terras de culturas com área de 2.100.000 de metros quadrados, situada no primeiro distrito de Santa Bárbara do Sul/RS para a empresa Agropecuária Quinteto Ltda., pelo preço certo e ajustado de R\$7.000. Em 13 de abril de 2015, ocorreu o aditivo de contrato prorrogando o prazo de pagamento em sete parcelas anuais indexado ao índice IGPM mais 6 % a.a. Os saldos em aberto no encerramento dos exercícios estão apresentados pelo valor atualizado e classificados de acordo com o prazo de vencimento.

Em 31 de dezembro de 2020 a operação não apresentava saldo (R\$4.698 em 31 de dezembro de 2019, R\$5.698 em 31 de dezembro de 2018).

#### Operações da atividade principal

A Companhia possui operações de vendas de insumos e compra de grãos dentro das operações normais da atividade, realizadas em condições acordadas entre as partes, com a relacionada Tentos do Sul Comercial Agrícola Ltda. (coligada incorporada em 30 de novembro de 2020, conforme descrito na Nota 1) e com João Osório Dumoncel e Luiz Osório Dumoncel (acionistas).

				Balanço pa	atrimonial			
	2	020	_	2019			2018	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Ativo Circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante
Tentos do Sul Comercial Agrícola Ltda. (*)	-	-	127.062	-	4.657	85.465	-	3.085
Parceria Agrícola Dumoncel (*)	79.314	-	78.879	-	2.195	78.325	-	4.620
Sinuelo Participações Ltda.	7.267	19.786	6.512	21.282	-	6.512	25.282	-
Agropecuária Quinteto Ltda.		-	2.432	2.266	=	2.432	3.266	-
Total	86.581	19.786	214.885	23.548	6.852	172.734	28.548	7.705

<sup>(\*)</sup> Saldos ativos e passivos classificados, respectivamente, nas rubricas de contas a receber de clientes e fornecedores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 20. Partes relacionadas--Continuação

	Demonstração do resultado					
	2020		2019		2018	
	Vendas	Compras	Vendas	Compras	Vendas	Compras
Tentos do Sul Comercial Agrícola Ltda. (*)	238.000	185.825	181.193	191.918	120.863	102.482
Parceria Agrícola Dumoncel	78.279	21.394	65.295	25.940	69.324	12.310
Total	316.279	207.219	246.488	217.858	190.187	114.792

### Honorários da administração

No exercício de 2020 foram pagos R\$400 (nos exercícios de 2019 e 2018 foram pagos, respectivamente, R\$588 e R\$552) de remuneração aos administradores da Companhia. A Companhia não pagou a seus administradores remuneração relativa a plano de opção, benefício pós-emprego ou quaisquer outros tipos de remuneração.

### 21. Patrimônio líquido

#### Capital social

O limite do capital autorizado da Companhia é de 400.000.000 (quatrocentos milhões) de ações ordinárias, todas sem valor nominal. Dentro dos limites autorizados no Estatuto e mediante deliberação do Conselho de Administração, o capital social poderá ser aumentado independentemente de reforma estatutária. O Conselho de Administração fixará as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

O capital social da Companhia em 31 dezembro de 2020 é de R\$400.000 (R\$200.000 em 31 de dezembro de 2019 e R\$55.500 em 31 de dezembro de 2018), e está divido em 400 milhões de ações ordinárias, com valor nominal de R\$1 (um real) cada.

A movimentação do capital social e das ações integralizadas está assim apresentada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 21. Patrimônio líquido--Continuação

	Quant. de açoes (mil)	Total
31 de dezembro de 2018	55.500	55.500
AGE 25/04 – Incorporação de reserva de incentivos fiscais	44.500	44.500
AGE 16/12 – Incorporação de reserva de incentivos fiscais	100.000	100.000
31 de dezembro de 2019	200.000	200.000
AGE 30/11 – Incorporação de coligada	1.000	1.000
AGE 30/11 – Aumento de capital	9.000	9.000
AGE 28/12 – Incorporação de reserva de incentivos fiscais	190.000	190.000
31 de dezembro de 2020	400.000	400.000

#### Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se a ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, líquidos dos respectivos impostos diferidos, totalizando R\$4.847 em 31 de dezembro de 2020 (R\$5.794 em 31 de dezembro de 2019 e R\$6.742 em 31 de dezembro de 2018).

#### Reserva de lucros

#### Reserva legal

Está constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, equivalente a 5% do lucro de cada exercício, antes de qualquer destinação e limitado a 20% do capital social. Nos exercícios de 2020, 2019 e 2018 não houve constituição da reserva legal, uma vez que o resultado dos respectivos exercícios foi destinado integralmente a reserva de incentivos fiscais, em atendimento à legislação tributária vigente.

#### Reserva para incentivos fiscais

A reserva para incentivos fiscais está constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações, e para atendimento ao disposto no artigo 30 da Lei 12.973/14. Essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais conforme descrito na Nota 23 e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados, e somente poderá ser utilizada para: i) absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal; ou ii) aumento do capital social.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia deixou de constituir reserva para incentivos fiscais no montante de R\$148.594. Conforme facultado pelo artigo 30, § 3°, da Lei 12.973/14, a Companhia deverá constituir a reserva para incentivos fiscais à medida que forem apurados lucros nos períodos subsequentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 21. Patrimônio líquido--Continuação

#### Dividendos

De acordo com o Estatuto Social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 5% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas em lei. O valor do lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 foram integralmente destinados a constituição da reserva para incentivos fiscais.

Nos exercícios de 2020, 2019 e 2018, a Companhia distribuiu e pagou dividendos à conta de reserva de lucros conforme segue:

	2020	2019	2018
Dividendos distribuídos e pagos	17.250	20.456	9.634

Adicionalmente, no exercício de 2020 a administração da Companhia propôs, para aprovação da Assembleia Geral, um dividendo adicional no montante de R\$11.800, à conta de reservas de lucros.

Conforme determina o artigo 30, § 2º, da Lei 12.973/14, a Companhia ofereceu a tributação do imposto de renda e da contribuição social os valores que integraram a base de cálculo dos dividendos distribuídos.

### 22. Lucro por ação

A Companhia não possui operações que influenciem no cálculo do lucro diluído. Portanto, o lucro diluído por ação é igual ao valor do lucro básico por ação.

	2020	2019	2018
Lucro líquido do exercício	246.263	120.819	125.227
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares)	390.833	390.000	390.000
Lucro básico e diluído por ação - em reais (R\$)	0,63	0,31	0,32

A média ponderada de quantidade das ações ordinárias emitidas considera os aumentos de capital por meio das incorporações de reservas de incentivos fiscais, como se as mesmas tivessem ocorrido em 1º. de janeiro de 2018, conforme requeridos pelo parágrafo 28 do CPC 41 (IAS 33).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 23. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais recebidas pela Companhia correspondem a: (i) incentivos fiscais estaduais de ICMS; e (ii) incentivos fiscais federais de Pis e Cofins. As subvenções estaduais têm a natureza de subvenção para investimento, enquanto a subvenção federal tem natureza de subvenção para custeio.

#### Incentivos fiscais estaduais

Crédito presumido de ICMS

A Companhia apura crédito presumido de ICMS, conforme decreto 37.699/97, do Governo do Estado do RS, calculado com base em 57% sobre o imposto incidente nas vendas de biodiesel, desde que a soja esmagada tenha origem do Estado.

Os valores apurados a título de incentivo são registrados na rubrica de ICMS a recolher em contrapartida ao resultado, na rubrica de impostos sobre vendas, e, posteriormente, são destinadas para reserva de lucros (reserva de incentivos fiscais) no patrimônio líquido.

Em 2020 o montante total relativo a este incentivo, registrado no resultado do exercício, foi de R\$42.497 (R\$16.707 em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 24.928 em 31 de dezembro de 2018).

Isenção e redução de base de cálculo do ICMS

As subvenções governamentais recebidas pela Companhia correspondentes à isenção e redução de base de cálculo do ICMS são decorrentes dos convênios ICMS nº 100 de 1997 e nº 52 de 1991, com respaldo na Lei Complementar nº 160/2017, que consideram que os incentivos fiscais relativos ao ICMS são subvenções para investimentos, desde que atendidas as exigências de registro e depósito no CONFAZ (Conselho Nacional de Política Fazendária) e cujas condições foram devidamente observadas pela Companhia.

A Companhia retificou suas obrigações acessórias dos exercícios de 2015 a 2019 para refletir os efeitos das subvenções governamentais decorrentes da isenção e redução de base de cálculo do ICMS na apuração do imposto de renda e da contribuição social, reconhecendo o montante de R\$110.382 de créditos de IRPJ e CSLL recolhidos a maior, dos quais R\$101.120 referem-se ao valor de principal e R\$9.261 aos juros e atualização monetária). Os valores estão apresentados na rubrica de impostos e contribuições a recuperar e foram registrados nos respectivos anos de competência, totalizando R\$35.819 em 31 de dezembro de 2019 e R\$42.817 em 31 de dezembro de 2018, sendo o saldo remanescente oriundo de exercícios anteriores a 2018.

Em 2020, o montante total relativo a este incentivo, registrado no resultado do exercício, foi de R\$179.070 (R\$137.093 em 31 de dezembro de 2019 e R\$114.558 em 31 de dezembro de 2018).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 23. Subvenções governamentais--Continuação

Conforme determina o artigo 30 da Lei 12.973/14, a Companhia deverá efetuar a constituição de reserva para incentivos fiscais no montante correspondente aos valores subvencionados. Entretanto, uma vez que em determinados exercícios a Companhia apresentou prejuízo fiscal ou lucro líquido insuficiente para constituição integral da referida reserva, a Companhia deixou de constituir reserva de incentivos fiscais no montante de R\$148.594 em 31 de dezembro de 2020. Conforme facultado pelo artigo 30 da Lei 12.973/14, a Companhia deverá recompor a reserva para incentivos fiscais em exercício futuros.

#### Incentivo fiscal federal

#### Crédito presumido de PIS e COFINS

A Companhia apura crédito presumido de PIS e COFINS, conforme lei federal 12.865 de 10/10.2013, disponível para as empresas que industrializam a soja em grão, calculado através da receita de venda de cada produto.

Os valores apurados a título de incentivo são registrados na rubrica de PIS e COFINS a recuperar em contrapartida ao resultado, na rubrica de impostos sobre vendas.

Em 2020 o montante total relativo a este incentivo, registrado no resultado do exercício, foi de R\$51.553 (R\$33.663 em 31 de dezembro de 2019 e R\$25.788 em 31 de dezembro de 2018).

#### 24. Informações por segmento

Informações referentes aos resultados de cada segmento estão apresentadas abaixo. O desempenho é avaliado com base no resultado do segmento até o lucro bruto, pois a Administração entende que tal informação é a mais relevante na avaliação dos resultados dos respectivos segmentos para comparabilidade com outras entidades que operam nas mesmas indústrias.

Os ativos e passivos da Companhia são administrados de forma conjunta para todos os segmentos e não são avaliados separadamente por segmentos pela administração da Companhia.

Os segmentos operacionais apresentados a seguir são organizados de modo consistente com o relatório interno desses segmentos:

(i) Insumos agrícolas: compreendem o comércio de fertilizantes, defensivos, foliares e sementes de soja, milho e trigo. O resultado desse segmento é determinado pela receita de venda auferida pela venda desses produtos, mensurada até o momento em que a Companhia transfere para o cliente o controle dos produtos vendidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 24. Informações por segmento--Continuação

- (ii) Grãos de soja, milho e trigo: compreendem as operações decorrente do recebimento físico, padronização e comercialização de grãos adquiridos de terceiros, bem como, dos grãos originados nas operações de "CPR". O resultado desse segmento é determinado pelo resultado auferido nas operações de compra e venda de commodities agrícolas, incluindo a variação dos instrumentos financeiros atrelados à comercialização dessas commodities, bem como dos ativos não monetários relacionados.
- (iii) Indústria: compreende as operações decorrentes da industrialização de soja, com a produção de farelo e biodiesel.

A Companhia entende seus segmentos em insumos, grãos e indústria e estão assim compostos:

	2020	2019	2018
Receita			
Insumos	909.290	707.818	578.034
Grãos	497.615	454.643	442.872
Indústria	1.705.534	1.062.559	867.530
	3.112.439	2.225.020	1.888.436
Custo das mercadorias e produtos vendid	os		
Insumos	(744.782)	(550.545)	(437.620)
Grãos	(463.637)	(409.367)	(406.664)
Indústria	(1.363.492)	(946.585)	(711.816)
	(2.571.911)	(1.906.497)	(1.556.102)
Lucro bruto, antes do valor justo			
Insumos	164.508	157.273	140.414
Grãos	33.978	45.276	36.207
Indústria	342.042	115.974	155.713
	540.528	318.523	332.334
Ajuste a valor justo	(40.349)	(3.560)	(34.480)
Lucro bruto	500.179	314.963	297.854

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 24. Informações por segmento--Continuação

### Receita por cliente

O montante da receita proveniente dos principais clientes é assim representado:

	Cliente	2020 Produto	% s/ Receita líquida	
Cliente 1		Farelo de Soja	16,02%	
Cliente 2		Biodiesel	8,12%	
Cliente 3		Biodiesel	8,00%	
Cliente 4		Insumos	7,59%	
Cliente 5		Grãos	7,24%	
Cliente 6		Biodiesel	5,92%	
		2019	2019 % s/ Receita	
	Cliente	Produto	líquida	
Cliente 1		Farelo de Soja	18,01%	
Cliente 2		Biodiesel	9,69%	
Cliente 3		Insumos	8,05%	
Cliente 4		Grãos	4,84%	
Cliente 5		Biodiesel	3,54%	
		2018	% s/ Receita	
	Cliente	Produto	líquida	
Cliente 1		Farelo de Soja	11,55%	
Cliente 2		Grãos	8,94%	
Cliente 3		Biodiesel	8,37%	
Cliente 4		Insumos	6,45%	
Cliente 5		Biodiesel	4,56%	

### Localização geográfica

As informações abaixo sobre a receita de exportação, consideraram a localidade do cliente.

País	2020	2019	2018
Bélgica	-	8.704	_
China	12.255	-	-
Coreia do Sul	202.013	101.481	19.677
Eslovênia	14.749	111.905	219.115
Espanha	179.000	139.058	37.642
França	151.800	47.381	6.328
Inglaterra	-	5.274	-
Itália	50.316	21.122	-
Romênia	-	-	1.381
Turquia	17.661	-	-
	627.794	434.925	284.143

## 25. Seguros

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia mantém cobertura de seguros para riscos operacionais e outros para resguardar seus ativos imobilizados e seus estoques.

O valor dos seguros contratados em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$435.000, é considerado suficiente, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas.